

A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PILAR-AL

Dayane Deyse Gonçalo Dos Santos¹
Lucienne Vírginia Rocha²

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo descrever os impactos decorrentes da implementação de ações pedagógicas inclusivas no município de Pilar, Alagoas, entre as quais se destacam as formações continuadas voltadas aos profissionais de apoio escolar das escolas municipais. Tais formações têm contribuído de maneira significativa para a consolidação de práticas educacionais mais inclusivas, favorecendo a criação de ambientes onde todos os sujeitos envolvidos estudantes, famílias e profissionais se sintam acolhidos e respeitados em suas singularidades. A experiência analisada é conduzida por uma equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, composta por profissionais das áreas de Psicologia, Psicopedagogia, Serviço Social e Pedagogia. Investigações dessa natureza possuem relevante importância social no campo da educação especial e inclusiva, uma vez que incentivam o desenvolvimento de práticas inovadoras e mais eficazes para o enfrentamento dos desafios relacionados à inclusão escolar.

A presença de profissionais de apoio escolar tornou-se prática comum no cotidiano das escolas brasileiras, contrastando com períodos anteriores nos quais não havia designação específica de um profissional para acompanhar individualmente estudantes em seu percurso educacional. Esse avanço está inserido em um processo mais amplo de transformações na política educacional brasileira voltada à inclusão, impulsionado especialmente pela ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e pela promulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008. Essas normativas estabelecem marcos

¹ Doutoranda da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Técnica em Educação Especial e Inclusiva – SEMEC Pilar/AL, daydeysan@gmail.com;

² Especialista em Educação Especial e Inclusiva, Técnica em Educação Especial e Inclusiva – SEMEC Pilar/AL, luvirocha@gmail.com.;



legais importantes ao assegurar o direito ao apoio individualizado, sobretudo para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), deficiências físicas, visuais, auditivas ou intelectuais. De acordo com a legislação vigente sobre os direitos das pessoas com deficiência, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão (conhecida também como Estatuto da Pessoa com Deficiência), o artigo 3º apresenta os parâmetros legais que dispõem a respeito da promoção da inclusão educacional. Dentro desse marco jurídico, é reconhecida a importância do profissional de apoio escolar como figura essencial para tornar possível a participação efetiva dos estudantes com deficiência no ambiente educacional. Esse profissional desempenha funções que vão além do suporte técnico, atuando como mediador das experiências escolares e contribuindo diretamente para que práticas inclusivas se concretizem na rotina pedagógica das instituições de ensino. A respeito desses profissionais, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), em seu artigo 3º, considera como profissional de apoio escolar:

Profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015, p.02).

Ainda de acordo com a referida Lei, o profissional de apoio escolar é responsável por acompanhar estudantes da educação especial que apresentem deficiências ou Transtornos do Espectro Autista (TEA) e que, em razão de limitações relacionadas à sua funcionalidade, necessitem de auxílio em atividades cotidianas como alimentação, higiene, mobilidade, interação social e comunicação. A atuação do profissional de apoio escolar é requerida sempre que o estudante não apresenta autonomia para realizar determinadas tarefas. Sua presença é assegurada em todos os níveis e modalidades de ensino, sempre que se fizer essencial para garantir a participação do aluno nas atividades escolares. No contexto do município de Pilar (AL), destaca-se o *Guia do Profissional de Apoio Escolar*, criando pela equipe multidisciplinar do referido município, esse documento orienta detalhadamente a prática desse profissional, especificando cuidados básicos que devem ser observados, como assistência à higiene pessoal, locomoção e alimentação, além de estabelecer atribuições que regulam seu papel no ambiente escolar. A seguir, apresentam-se algumas das atribuições descritas no referido guia:



Favorecer o desenvolvimento da **INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA**, nas atividades da vida prática e diária no contexto escolar. Acompanhar e auxiliar as atividades, locomoção, alimentação cuidados pessoais e de higiene, de um ou mais estudantes com deficiência no desenvolvimento das suas atividades rotineiras, cuidando para que ele tenha suas necessidades básicas (fisiológicas, afetivas e educacionais) garantidas, fazendo por **SOMENTE** as atividades que ele não consiga realizar de forma autônoma; Promover os cuidados básicos de atividades de vida diária e prática do cotidiano dos alunos público-alvo da educação (dar lanche, realizar a higiene bucal após a alimentação e a higiene corporal/intima e trocas de fraldas e vestuário); Respeitar e saber abordar o aluno público-alvo da educação especial para cuidados pessoais, bem como auxiliá-los para o uso do banheiro; e providas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissionais legalmente estabelecidas [...] Controla e orientar, em todas as oportunidades, utilização de banheiros; Estimular e ajudar na constituição de hábitos alimentares; Garantir os cuidados necessários e o acompanhamento do estudante na locomoção pela dependência escolar, em todos os espaços utilizados para as aprendizagens, realizando, quando necessário, adequações para seu melhor aproveitamento pedagógico (Guia PAE, 2023, p.03).

A educação inclusiva representa um direito essencial e intransferível, fundamentado no princípio de que todos os estudantes, com ou sem deficiências, com diferentes formas de aprender, sentir ou se expressar, devem ter garantido o acesso às oportunidades educacionais, a permanência e a participação efetiva na vida escolar. Essa concepção ultrapassa a simples inserção física na escola: exige a oferta de uma educação de qualidade que garanta o exercício da cidadania em sua plenitude, conforme previsto nas legislações educacionais brasileiras (BRASIL, 1988; 1996; 2015).

Nesse cenário, destaca-se a atuação da equipe multidisciplinar que, por meio de estratégias de formação continuada dos profissionais da escola, tem promovido transformações significativas no ambiente educacional. Essas ações têm contribuído para a construção de um espaço mais sensível às diferenças, pautado no respeito, na empatia e na valorização das singularidades dos estudantes. A formação continuada tem sido um dos principais instrumentos utilizados para romper barreiras atitudinais e comunicacionais, com vistas à eliminação de obstáculos que ainda limitam a aprendizagem e a participação de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento, altas habilidades, entre outras condições específicas.

Com base em práticas sistemáticas de formação continuada, direcionadas sobretudo aos profissionais de apoio escolar, a equipe multidisciplinar do município de Pilar/Alagoas, vem promovendo reflexões críticas acerca do papel da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e dos modos de atuação pedagógica diante da diversidade. Defendemos como essencial a presença do profissional de apoio escolar no



contexto da educação inclusiva, considerando que sua atuação contribui diretamente para a permanência e a participação dos estudantes com deficiência na rotina escolar. Esse profissional exerce um papel fundamental ao oferecer suporte individualizado em atividades como alimentação, higiene, locomoção e em outras demandas específicas que possam surgir no dia a dia, garantindo, assim, condições mais equitativas para o processo de aprendizagem e de convivência no ambiente educacional. Além disso, esse profissional contribui para a promoção da autonomia e da participação ativa dos alunos, colaborando com os professores e demais membros da equipe pedagógica na construção de um ambiente educacional mais acessível e acolhedor.

Vale ressaltar que, as formações continuadas são complementadas por outros atendimentos e projetos voltados às famílias e estudantes, com o propósito de fortalecer a articulação entre o espaço escolar e o contexto familiar elemento considerado essencial para a efetivação dos processos inclusivos.

Os dados obtidos na pesquisa revelam que as formações continuadas vêm contribuindo para a construção de um sistema educacional mais acolhedor, equitativo e dialógico, favorecendo o sentimento de pertencimento dos estudantes ao ambiente escolar e à comunidade. Ressalte-se que os resultados positivos observados justificam a continuidade dos encontros formativos, evidenciando sua eficácia na consolidação de uma cultura escolar inclusiva.

METODOLOGIA

A presente investigação teve como objetivo central examinar os impactos decorrentes da implementação de práticas inclusivas fundamentadas na formação continuada dos profissionais da educação em escolas situadas no município de Pilar, estado de Alagoas. Para atingir os objetivos propostos, foi necessário delinear cuidadosamente um conjunto de procedimentos metodológicos, cuja organização sistemática se revelou essencial à efetividade do processo investigativo.

O delineamento metodológico adotado considerou, em uma primeira etapa, a realização de uma pesquisa bibliográfica. Esse levantamento visou identificar e analisar produções científicas pertinentes ao tema, com ênfase nas contribuições da formação continuada para o fortalecimento da educação inclusiva. Além disso, a abordagem



metodológica da pesquisa está ancorada no paradigma qualitativo, o qual se mostra adequado para compreender fenômenos sociais em sua complexidade, especialmente aqueles que envolvem As práticas educativas, as relações interpessoais e os processos formativos vivenciados no ambiente escolar constituem dimensões fundamentais para a construção de uma educação inclusiva e significativa.

Assim, a escolha por métodos qualitativos e pelo levantamento teórico permitiu aprofundar a compreensão dos sentidos e das transformações geradas pelas ações formativas nas práticas pedagógicas voltadas à inclusão

Pode-se dizer sobre pesquisa qualitativa:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (KAUARK *et. al.*, 2010, p. 26).

A opção por uma abordagem qualitativa nesta pesquisa permitiu a coleta e interpretação de dados a partir das vivências e percepções dos participantes diretamente envolvidos no processo educativo, proporcionando uma análise fundamentada nas experiências concretas das práticas escolares. As informações obtidas por meio dos relatos dos sujeitos contribuíram para uma compreensão aprofundada sobre o impacto da formação e suas implicações nas ações desenvolvidas na escolas, sobretudo no contexto da educação inclusiva e das estratégias adotadas no contexto escolar.

Vale ressaltar que, a partir dos encontros formativos, foram introduzidas no cotidiano escolar orientações para o uso de práticas mais inclusivas e assertivas. Além disso, os conteúdos abordados incluíram propostas pedagógicas voltadas à conscientização sobre o bullying, bem como estratégias de acolhimento e suporte direcionadas aos estudantes da educação especial e suas famílias.

Para a condução das atividades, adotou-se o método dialógico, fundamentado na obra de Freire (1997), o qual valoriza o diálogo como instrumento de construção coletiva do conhecimento. Essa metodologia permite que os participantes compartilhem livremente suas experiências e elaborem reflexões críticas a partir do acolhimento mútuo. Conforme argumenta Bernardes (2015), tal abordagem favorece a ressignificação da realidade vivida, promovendo a integração do sujeito em sua dimensão biológica, social e política. Desse modo, os espaços de diálogo criados no decorrer da pesquisa



constituíram-se como oportunidades para a expressão criativa e o fortalecimento de vínculos, fomentando processos educativos inclusivos e transformadores.

REFERENCIAL TEÓRICO

A análise das atribuições do profissional de apoio escolar (PAE) revela que sua função central não é a de assumir o papel do professor, tampouco substituir o docente responsável pela condução das práticas pedagógicas. O PAE deve ser compreendido como um agente de mediação que favorece o acesso, a permanência e a participação do estudante com deficiência no ambiente escolar regular, sem se responsabilizar pela elaboração ou execução do planejamento didático. Assim, torna-se fundamental que o apoio escolar atue de forma colaborativa com o professor regente, estabelecendo uma parceria que contribua efetivamente para o processo de inclusão e para a promoção do desenvolvimento do aluno.

A literatura destaca a importância dessa cooperação, ressaltando que a articulação entre escola e mediador possibilita traçar metas educacionais realistas e considerar o progresso da criança com base em suas conquistas individuais (Mousinho, 2010, p. 37). Nesse contexto, o vínculo que frequentemente se estabelece entre o estudante e o PAE tende a favorecer a convivência e o bem-estar no espaço escolar, o que impacta positivamente na aprendizagem e nas relações interpessoais.

Ainda sob essa perspectiva, Mendes e Lopes (2023) observa que o profissional de apoio contribui não apenas para o desenvolvimento do aluno com deficiência, mas também para o fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva, ao promover interações cooperativas entre todos os alunos, estimulando a diversidade, o respeito às diferenças e a aprendizagem mútua. A atuação do PAE, portanto, ultrapassa o cuidado individualizado e abrange a construção de um ambiente mais equitativo, igualitário e acolhedor, beneficiando toda a comunidade escolar.

Entretanto, apesar da relevância de suas funções, não há uma legislação nacional que regule de forma específica a formação do profissional de apoio escolar. Em muitos casos, essa função é exercida por estagiários, universitários ou pessoas com ensino médio, o que gera preocupações quanto à qualificação técnica exigida para lidar com as complexas demandas da educação especial. Ressalte-se que a experiência prática, embora importante, não substitui a necessidade de formação acadêmica sólida voltada ao



atendimento das necessidades educacionais específicas.

A ausência de investimentos sistemáticos na formação desses profissionais evidencia uma lacuna estrutural no campo da educação inclusiva, que exige atenção por parte das políticas públicas. Como resposta a essa demanda, o município de Pilar tem se destacado por ofertar, mensalmente, programas de formação continuada aos profissionais de apoio escolar, abordando temáticas relacionadas à inclusão e à acessibilidade. Essa prática tem contribuído para o aprimoramento das ações educativas e representa um avanço na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A implementação de atividades e projetos fundamentados em formações continuadas voltadas para a educação inclusiva tem demonstrado efeitos significativos na redução de comportamentos violentos tanto no espaço escolar quanto no ambiente familiar. Essas formações favoreceram o fortalecimento de práticas colaborativas entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo, o que contribuiu para a resolução de conflitos cotidianos por meio do diálogo. O uso do processo dialógico, enquanto metodologia de mediação, permitiu que os participantes discutissem suas vivências, identificassem os desafios enfrentados e construíssem, de forma conjunta, alternativas viáveis para superá-los.

Como consequência, observou-se uma melhoria na qualidade do ensino e uma diminuição das barreiras que historicamente dificultam a inclusão de estudantes da educação especial nas escolas regulares. Nesse processo, a equipe multidisciplinar atuou de maneira estratégica, direcionando com clareza e assertividade os encaminhamentos necessários diante das diferentes realidades apresentadas. Essa atuação gerou maior engajamento dos participantes e contribuiu para a reflexão coletiva sobre os caminhos para uma inclusão escolar mais efetiva.

Importa destacar que os impactos dessas ações não se restringem ao espaço físico da escola. As transformações observadas se estendem ao processo de ensino e aprendizagem como um todo, influenciando positivamente as dinâmicas escolares e reverberando também no contexto familiar e social. Isso demonstra que o compromisso com a inclusão escolar possui um alcance ampliado, promovendo efeitos duradouros e estruturantes para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivenciada no município de Pilar, em Alagoas, indica que as formações continuadas voltadas para a promoção da inclusão têm se mostrado eficazes na consolidação de uma educação mais equitativa e acessível. Os resultados observados evidenciam que, quando há suporte institucional e estratégias formativas adequadas, as escolas públicas podem se configurar como ambientes realmente inclusivos, capazes de acolher a diversidade e promover o pleno desenvolvimento de todos os estudantes.

A prática das formações mensais com foco em inclusão contribuiu significativamente para o aprimoramento das interações entre os diferentes sujeitos escolares, promovendo relações pautadas no respeito, na escuta e na corresponsabilidade. Além de favorecer a comunicação entre os membros da comunidade escolar, essas ações fortaleceram os vínculos interpessoais, elemento essencial para o bem-estar coletivo e para a construção de um ambiente educacional cooperativo e sensível às diferenças.

Essas formações, ao serem implementadas de forma contínua e sistemática, demonstraram potencial para transformar as dinâmicas escolares, não apenas no aspecto comunicacional, mas também nas estruturas relacionais, contribuindo diretamente para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Formação Continuada; Inclusão Escolar; Equipe Multidisciplinar; Profissional de Apoio Escolar.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os colaboradores e participantes, em especial à Prefeitura do Município de Pilar, Alagoas, pelo incentivo às práticas inclusivas nas escolas da rede municipal, investindo em uma educação de qualidade pautada na equidade e nos princípios que norteiam a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, J. S.; SANTOS, R. A. S.; SILVA, L. B. A Roda de Conversa como dispositivo ético-político na pesquisa social. In: LANG, C. E. et al. (Orgs.). Metodologias - pesquisas em saúde, clínica e práticas psicológicas. Maceió: EDUFAL, 2015.



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm.. Acesso em: 31 out. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Art. 28, inciso XI. Disponível em: <https://www.pcdlegal.com.br/lbi/art-27-ao-30/?versao=convencional>.. Acesso em: 30 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Capítulo II da Política da Formação Continuada de Professores – Art. 4. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file>.. Acesso em: 1 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, Imprensa Oficial, 2008.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KAUARK, Fabiana et al. Metodologia da pesquisa: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MOUSSINHO, Renata. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. v. 27, n. 82, p. 95, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n82/v27n82a10.pdf>.. Acesso em: 08/11/2023.

PILAR (AL). Guia do Profissional de Apoio Escolar (Guia PAE). Pilar: Prefeitura Municipal de Pilar, 2023.

SANTOS, Fabiane de Cássia; MENDONÇA, Rita Lúcia; CAMPOS, Selma Santos. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional? Revista Brasileira de Educação, v. 28, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782023280081>.. Acesso em: 22/07/2025.

